



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 16/XIV/ 1.ª SL

Aos 28 dias do mês de abril de 2020, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, via videoconferência, com a presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros após Conselho Europeu do dia 23 de abril de 2020 (videoconferência)

Audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros após Conselho Europeu do dia 23 de abril de 2020 (videoconferência)

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos, declarou aberta a audição regimental, tendo dirigido cumprimentos aos Senhores Deputados presentes, ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e à Senhora Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, agradecendo a ambos a disponibilidade para estarem presentes na audição.

Seguiu-se a intervenção do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, que deu nota de algumas decisões importantes resultantes do último Conselho Europeu do dia 23 de abril, designadamente a convocação de uma cimeira com os Balcãs Ocidentais, via videoconferência, a expressão de solidariedade com o Chipre em virtude das perfurações ilegais empreendidas pela Turquia nas suas águas territoriais, bem como a validação das decisões tomadas em 9 de abril pelo Eurogrupo e a consiguiente concessão de um mandato à Comissão Europeia, informando que a sua intervenção se iria focar nestes 2 últimos pontos.

Assim, indicou que em virtude das decisões referidas, disporemos de 3 instrumentos de apoio relevantes, a implementar a partir de 1 de junho:

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 16/XIV/ 1.ª SL

- Aumento do potencial das linhas de crédito de apoio às empresas, a cargo do Banco Europeu de Investimento (BEI), com mais de 200 mil milhões de euros disponíveis;
- Instrumento SURE, que disponibiliza aos Estados-Membros um montante de 200 mil milhões de euros para financiar medidas de substituição de rendimentos e de proteção do emprego;
- Apoio aos Estados-Membros através do mecanismo europeu de estabilidade, com a utilização de 240 mil milhões de euros;

Tendo em vista a necessidade da preparação da futura retoma económica, referiu que o Conselho Europeu aprovou a sugestão da própria Presidente da Comissão Europeia para criar um fundo de recuperação económica ligado ao quadro financeiro plurianual (QFP), o que permite, por um lado, desbloquear a aprovação do novo QFP e, por outro lado, procura resolver a questão do financiamento do fundo, assim como a questão da distribuição das suas verbas pelos Estados-Membros.

Estando a aguardar-se a revisão da proposta da Comissão Europeia sobre o próximo QFP e uma proposta para a retoma económica, referiu que a posição do Governo de Portugal é a de que o fundo de recuperação económica deverá ter a dimensão suficiente, acima da ordem do bilião de euros, e que deverá ser preferencialmente um mecanismo de subvenções, aliado à política de coesão, política agrícola comum e à política de convergência e da competitividade.

Na primeira ronda de questões intervieram os seguintes Senhores Deputados: Isabel Rodrigues (PS), que questionou sobre a posição do Governo de Portugal relativamente à previsão da retoma económica no quadro de uma transição verde e digital, sobre a reformulação do novo QFP e, ainda, sobre a necessidade do aumento da autonomia estratégica da Europa;

Isabel Meireles (PSD), questionou sobre a posição do Governo de Portugal quanto à possibilidade da condicionalidade da perpetuidade dos empréstimos, proposta por Espanha, tendo sugerido a criação de uma *task force* que reúna especialistas de



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 16/XIV/ 1.ª SL

várias áreas, para potenciar a preparação da visão portuguesa para os desafios do pós crise sanitária, a nível nacional e europeu;

Fabíola Cardoso (BE), questionou sobre as garantias que o Governo de Portugal tem de que os apoios ora disponibilizados não conduzirão a uma economia de austeridade pós COVID-19, solicitou detalhes do roteiro comum para a recuperação, nomeadamente os montantes específicos e a natureza dos apoios, bem como os prazos previstos e ainda sobre a reconversão económica no quadro da sustentabilidade ambiental, social e económica;

Intervieram também os Senhores Deputados: Bruno Dias (PCP), referiu que a solidariedade e a racionalidade implicam um reforço substancial do orçamento da UE e a garantia da sua função redistributiva e do objetivo de uma efetiva coesão económica e social, sem recurso ao endividamento, e que tendo em conta as condições desiguais dos Estados-Membros para fazer face à atual crise, questionou sobre a possibilidade da derrogação do artigo 123.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia (TFUE), permitindo o acesso ao financiamento dos Estados-Membros por parte do BCE e sobre o ponto de situação da distribuição das verbas, via subvenções ou via fundos reembolsáveis, dada a ausência de conclusões do Conselho Europeu;

João Almeida (CDS-PP) colocou questões sobre o instrumento SURE, nomeadamente o seu âmbito de aplicação e formas de apoio, sobre se estão definidas as áreas de intervenção para as quais serão canalizadas as verbas do fundo de recuperação económica, concretamente a área da coesão, e ainda sobre a retoma prevista no setor do Turismo;

Cristina Rodrigues (PAN) questionou sobre a posição do Governo de Portugal relativamente à natureza do fundo de recuperação económica e sobre o QFP com financiamento próprio, nomeadamente com taxas sobre as transações financeiras e sobre os plásticos, bem como sobre a verba disponibilizada aos Estados-Membros, na sequência da aprovação do acordo do Eurogrupo, no valor de cerca de 500 mil milhões de euros;



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 16/XIV/ 1.ª SL

O Senhor Ministro respondeu de forma individualizada às questões apresentadas pelos Senhores Deputados

Na segunda ronda de questões usaram da palavra os Senhores Deputados: Carlos Brás (PS), questionou sobre a reação dos mercados relativamente à possibilidade da Comissão Europeia aceder a empréstimos conjuntamente com os Estados-Membros e o impacto na dívida pública portuguesa; António Cunha (PSD) questionou sobre a posição do Governo de Portugal relativamente aos critérios de distribuição do financiamento para a retoma e sobre a coordenação relativa à época de férias, acordada a nível europeu; Beatriz Dias (BE) colocou questões sobre a reestruturação do próximo QFP, designadamente no que diz respeito às energias alternativas, mobilidade coletiva e produção agrícola, bem como sobre a estratégia europeia sobre o género; Bruno Dias (PCP) questionou sobre o reforço do QFP, através do aumento dos recursos próprios para fazer face à emissão de dívida por parte da Comissão Europeia, bem como sobre as medidas previstas, o SURE, o mecanismo europeu de estabilidade e a duplicação das verbas do BEI; João Almeida (CDS-PP) referiu novamente as questões colocadas relativamente ao SURE, sobre o próximo QFP e a afetação dos seus recursos e sobre o setor do Turismo; Cristina Rodrigues (PAN) questionou sobre a estratégia comum de abertura das fronteiras internas e externas da UE; e Cristina Moreira (PS) colocou questões relativamente à economia social de mercado, questões de género, as cadeias de abastecimento e o plano para a indústria europeia.

O Senhor Ministro passou a palavra à Senhora Secretária de Estado, para esclarecer questões sobre a estratégia europeia de levantamento gradual das medidas de confinamento, o impacto económico da crise e o *roadmap* para a retoma económica europeia, o próximo QFP, a política industrial europeia e sobre a retoma a nível social, digital e verde, bem como sobre questões de género, após as quais o Senhor Ministro respondeu às questões colocadas de forma conjunta.

Intervieram na terceira e última ronda de questões: os Senhores Deputados Paulo Pisco (PS) questionou sobre as taxas de juro e o risco de agravamento das dívidas



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 16/XIV/ 1.ª SL

públicas dos Estados-Membros, bem como o risco de uma resposta assimétrica no financiamento aos mesmos; Sérgio Marques (PSD) referiu a necessidade de complementar o mercado interno, designadamente na componente dos serviços; Fabíola Cardoso (BE) questionou sobre a posição do Governo de Portugal relativamente às aplicações móveis de alerta, rastreio e prevenção de contactos no âmbito do COVID-19, a proteção de dados dos cidadãos e a vulnerabilidade da segurança dos sistemas face a ataques cibernéticos; e Bruno Dias (PCP), questionou sobre a abordagem social, verde e digital no quadro do roteiro para a retoma económica, fazendo menção ao relatório da 11.ª avaliação pós programa de assistência financeira e a despesa no Serviço Nacional de Saúde (SNS).

A audição foi gravada em vídeo e transmitida em direto pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede (gravação integral disponível em:

<https://canal.parlamento.pt/?cid=4487&title=audicao-do-ministro-dos-negocios-estrangeiros>

A reunião foi encerrada às 19:03 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de maio de 2020.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAPOULAS SANTOS)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 16/XIV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Miguel dos Santos
António Cunha
António Lima Costa
Beatriz Gomes Dias
Bruno Dias
Carlos Brás
Constança Urbano de Sousa
Cristina Rodrigues
Fabiola Cardoso
Isabel Meireles
Isabel Oneto
Isabel Rodrigues
João Pinho de Almeida
Luís Capoulas Santos
Paulo Pisco
Pedro Cegonho
Rita Borges Madeira
Rosário Gambôa
Sérgio Marques
António Maló de Abreu
Clara Marques Mendes
Cristina Moreira
Fernando Paulo Ferreira
Francisco Pereira Oliveira
Mara Coelho
Maria Gabriela Fonseca
Tiago Barbosa Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: